MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVAS – PARTE II Conhecimentos Específicos

CARGO:

TECNOLOGISTA PLENO 2-I (Z9)

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de Conhecimentos Específicos, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas, confira o seu nome e o código do seu cargo.

AGENDA (datas prováveis)

- 1 2/12/2008, após as 19 h (horário de Brasília) Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet www.cespe.unb.br.
- II 3 e 4/12/2008 Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 30/12/2008 Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 2 e 3/1/2009 Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **26/1/2009** Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de documentos para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1 MCT, de 28/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte





Aplicacão: 30/11/2008

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 71 a 120 se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, julgue os seguintes itens.

- 71 Considere a seguinte situação hipotética.
 - Um servidor público cometeu infração, definida em lei como ilícito penal e ilícito administrativo. Julgado na instância criminal, o servidor foi absolvido por insuficiência de provas no tocante à autoria.
 - Nessa situação, a instância penal obriga a instância administrativa, de forma que o servidor não poderá sofrer punição administrativa.
- 72 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
- 73 Se determinado servidor público estável foi readaptado em outro cargo em razão de limitações que sofreu em sua capacidade física, dar-se-á, então, a vacância do cargo no qual este deixou de exercer suas funções.
- 74 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder, observando-se, entre outros requisitos que o novo cargo exija para o cumprimento de suas atribuições, o mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional do cargo anterior.

Tendo em vista a disciplina constitucional sobre a administração pública brasileira, julgue os itens subsequentes.

- **75** Somente por lei específica pode ser criada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
- 76 O direito de greve no serviço público, enquanto direito fundamental, é incondicionado, não admitindo o estabelecimento de limites, para seu exercício, pela legislação infraconstitucional.
- 77 A remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada ou alterada por lei específica.
- 78 As funções de confiança, no serviço público, podem ser ocupadas tanto por servidores que detêm cargo efetivo quanto por servidores contratados por tempo determinado, que, na esfera federal, regem-se pela Lei n.º 8.745/1993.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens de 79 a 82.

79 Hierarquia é a relação de subordinação existente entre os vários órgãos e agentes que compõem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que, no exercício de suas atribuições administrativas, legislativas e jurisdicionais, distribuam, entre si, as funções e a autoridade de cada um.

- **80** O Congresso Nacional pode sustar atos normativos do chefe do Executivo que extrapolem os limites do poder regulamentar.
- Excesso de poder é a forma de abuso em que o agente busca alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permite.
- **82** Diferentemente da polícia judiciária, cuja atuação, de natureza predominantemente repressiva, visa a apuração das infrações penais, o poder de polícia administrativa é executado por órgãos administrativos que possuem um caráter essencialmente fiscalizador e preventivo.

No que diz respeito à responsabilidade civil e ao controle da administração pública, julgue os seguintes itens.

- **83** Quando a administração causa dano a terceiros, quem responde é a pessoa jurídica causadora do dano, a qual tem o direito de regresso contra o seu agente, desde que este tenha agido com dolo ou culpa.
- **84** Compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União o controle externo da administração pública direta e indireta no âmbito federal.
- **85** Quem sofrer lesão a direito ou estiver sob ameaça de lesão a direito, advinda de atividade da administração, está obrigado a inicialmente interpor recurso administrativo para, só depois, decidido este, poder ajuizar uma ação.
- **86** A responsabilidade do poder público e de seus delegados na prestação de serviços públicos perante a vítima de dano ocasionado por estes é de caráter subjetivo.

Acerca dos serviços públicos e do abuso de autoridade, julgue os itens a seguir.

- 87 Enquanto a concessão de serviço público pode ser contratada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas, a permissão de serviço público só pode ser firmada com pessoa física ou jurídica.
- A prestação de serviços públicos é incumbência do Estado, que pode executá-los diretamente (por meio dos próprios órgãos que compõem a administração pública centralizada) ou indiretamente, por meio de concessão ou permissão, ou de pessoas jurídicas por ele criadas com essa finalidade.
- O direito de representação contra as autoridades que cometerem abuso no exercício de suas funções será exercido por meio de petição dirigida à autoridade que tiver competência legal para aplicar a respectiva sanção ou ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.
- 90 O abuso de autoridade sujeitará o seu autor apenas a sanções de natureza administrativa, não incidindo, pelo caráter do ato cometido, sanções de natureza civil ou penal.

Considerando a forma como o mercado financeiro influencia a economia dos países, julgue os itens a seguir.

- 91 As autoridades monetárias devem procurar reduzir ao máximo possível a entrada dos chamados capitais de risco, constituídos por investimentos diretos na economia, a fim de diminuir a vulnerabilidade do país no comércio do exterior.
- 92 Em situações de crise de crédito como a que provocou a inédita decisão relatada no texto acima, os bancos centrais devem, além de reduzir os juros básicos, aumentar os percentuais do depósito compulsório.
- 93 As quedas sucessivas das cotações da ações nas bolsas de valores de todo o mundo demonstram que, no mercado de ações, o equilíbrio de preços não é obtido pela interação entre as curvas de oferta e demanda.
- 94 A moeda escritural, embora criada por bancos comerciais privados, tem a mesma função da moeda legal, ou papel-moeda, do ponto de vista da oferta monetária.

Acerca da política de financiamento do setor público brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 95 Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi definida para a União, estados, Distrito Federal e municípios a regra segundo a qual, sempre que a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite, o ente ficará proibido de realizar novos empréstimos de qualquer natureza.
- 96 A dívida pública, embora não seja necessariamente afetada pelo deficit ou superavit nominal, é fortemente influenciada pelo resultado operacional.
- 97 No conceito de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) está incluído apenas o setor público nãofinanceiro.
- Sabe-se que o alongamento do perfil da dívida, ou seja, o aumento dos prazos de vencimentos dos títulos públicos, costuma ser uma prática a que se recorre sempre que possível, mas que não pode ser utilizada indefinidamente por causa de restrições impostas pelo funcionamento normal do mercado financeiro.

Com relação aos conceitos gerais de administração, julgue os próximos itens.

- 99 Segundo o modelo de administração pública patrimonialista, a ênfase do administrador deve recair sobre as ações que tenham por objetivo proteger o patrimônio público dos interesses privados.
- 100 Um dos componentes a serem avaliados na análise da cultura organizacional de uma instituição é o chamado nível dos artefatos, ou seja, da cultura diretamente observável pelo ambiente externo.
- 101 Há alguns anos, começou a ser adotada uma nova forma de comportamento organizacional que levou à criação do neologismo *empoderamento*, oriundo do termo da língua inglesa *empowerment*, cuja recomendação principal consiste em dar aos empregados localizados nos níveis operacionais das instituições a oportunidade de influir nas decisões estratégicas dos níveis de direção.

Com base nos conceitos e processos científicos da gestão da informação, julgue os itens a seguir.

- **102** A teoria do conhecimento de Karl Popper postula que o conhecimento objetivo deve ser entendido como as informações relacionadas com o mundo físico.
- 103 Caso um órgão público deseje oferecer, em sua página na Internet, um conjunto de arquivos de vídeo acerca de sua atividade institucional, será preciso recorrer ao processo denominado compressão de vídeo, que consiste em descartar do arquivo original todos os dados que não possam ser diretamente visualizados pelo olho humano.
- 104 A evolução histórica das instituições de gestão da informação em ciência e tecnologia no Brasil iniciou-se com a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que acabou levando finalmente à criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).
- 105 A diferença entre informação científica e informação tecnológica é que a primeira é constituída pelo conhecimento resultante da pesquisa que se acrescenta ao entendimento universal existente, enquanto a segunda refere-se a todo tipo de conhecimento sobre o modo de fazer um produto ou de prestar um serviço.
- 106 O acesso às informações depositadas em bibliotecas virtuais se dá por intermédio de metadados até onde exista algum arquivo com conteúdo específico.

Quanto à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 107 A descentralização administrativa, um dos princípios fundamentais da administração pública, deve ser posta em prática em três planos: do nível de direção para os de execução; dos órgãos federais para as unidades federadas; e da esfera pública para a órbita privada.
- 108 O princípio da legalidade estrita, ou da vinculação legal, determina que nada pode ser feito senão quando expressamente autorizado pela lei. Embora esse princípio se aplique à gestão pública, no âmbito da gestão privada o respeito à lei é exigido em termos mais amplos.
- 109 O Departamento de Administração de Serviço Público (DASP), órgão precursor na construção da máquina administrativa pública brasileira, passou a conduzir o processo de elaboração da proposta orçamentária do governo federal, sendo depois substituído pelo Ministério do Planejamento.

Entre as diversas funções desempenhadas pelo Estado, têm recebido cada vez mais destaque as atividades de regulação econômica setorial e a defesa da concorrência. Com relação a esse assunto, julgue os itens a subsequentes.

- 110 A criação das chamadas agências reguladoras deveu-se às transformações do papel do Estado, que deixou de atuar diretamente na economia, como produtor, para restringir-se às funções de supervisão, acompanhamento, controle e fiscalização.
- 111 Considerando que uma pessoa tenha ido a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para registrar uma reclamação contra uma empresa de telefonia, é correto afirmar que, nesse caso, o conjunto de deveres que a ANATEL tem perante o cidadão será idêntico ao da empresa de telefonia.
- 112 Os contratos de gestão são os instrumentos normalmente utilizados para a criação das agências reguladoras.

O mundo está constantemente em processo de mutação. A administração pública, inserida como está nesse mundo sistematicamente renovado, não pode deixar também de evoluir e apresentar novas facetas. Com relação esse assunto, julgue os itens de 113 a 117.

- 113 O chamado paradigma pós-burocrático deve ser entendido como o modelo gerencial contemporâneo, em que, entre outras mudanças, são claramente definidos os objetivos de cada unidade da administração e são descartados os excessos formais das estruturas organizacionais.
- 114 A nova política de recursos humanos para o serviço público foi, em grande parte, definida por meio de alterações no texto constitucional que, no entanto, deixaram ao âmbito da legislação infraconstitucional alguns aspectos importantes, como as hipóteses de demissão de servidores estáveis por insuficiência de desempenho ou por excesso de despesas.
- 115 Entre os fatores que dificultam as mudanças nas relações entre a administração pública e os usuários dos serviços públicos está a resistência à adoção de ferramentas necessárias à melhoria do atendimento.
- **116** De acordo com as diretrizes gerais para o governo eletrônico, a adoção do modelo de padrões abertos de *software* é obrigatória no âmbito do Poder Executivo federal.
- 117 O conceito de reengenharia, que muitos autores recomendam aplicar nas instituições públicas brasileiras, consiste em um processo contínuo de avaliação dos produtos, serviços e práticas oferecidos ao público.

Quanto às formas de registrar o patrimônio das instituições públicas, julgue os itens que se seguem.

- 118 Os bens de uso comum do povo não devem integrar o inventário da administração pública.
- 119 Considerando que um órgão público seja proprietário de um título de crédito em moeda estrangeira, adquirido no transcurso do exercício financeiro e que, na data do balanço, o título tenha perdido, em moeda do país, 5% de seu valor original, em decorrência da desvalorização da taxa de câmbio, a diferença deverá ser classificada como despesa financeira cambial, integrando as contas de resultado.
- 120 O inventário anual do almoxarifado deve ser feito por ocasião do encerramento do exercício, por uma comissão especialmente designada para esse fim, com o objetivo, entre outros, de constatar a existência física dos materiais.